

riais, o obscuro pensamento, a sinuosa opinião dos cautos próceres do Estado”(297).

A pedra começara a rolar no início do terceiro decênio do século, próximo ainda o fim da primeira Guerra Mundial: os canhões de Copacabana haviam sido como que a *ouverture*; seguira-se a rebelião paulista de 1924, de que a Coluna Prestes fora a seqüência; pontilhara-se de acordes tormentosos, com os movimentos militares que se sucederam em diversas guarnições; entrara em singular *intermezzo* com as articulações entre militares exilados ou foragidos e políticos e organizações políticas de oposição estadual, e federal, depois; desembocaria na sucessão presidencial; e culminaria com a rebelião de outubro, no sul e no nordeste. A 27 de novembro de 1927, Prestes concedera entrevista a *O Jornal*, que lhe dera grande destaque: a palavra do militar exilado chegava como diretiva para as forças políticas de oposição; em janeiro de 1928, a *Esquerda*, também do Rio, publicava nova entrevista do dirigente revolucionário; em novembro, o *Diário Popular*, de S. Paulo, divulgava a terceira entrevista do mesmo, obtida pelo jornalista Rodrigo Soares Júnior para a Agência Brasileira; o *Diário Nacional* transmitia também, com a autoridade de órgão do Partido Democrático, e por várias vezes, a palavra do Prestes. A desconfiança dos chefes militares para com os políticos era muito grande; não se haviam dissipado as lembranças do artigo de *A Federação*, em 1927, a 7 de julho, dois dias apenas após o troar dos canhões de Copacabana: “A política do Rio Grande não pode ser e não é solidária com tais processos. E com a mesma franqueza e com a mesma sobranceira com que levantou o seu protesto contra a infração da ordem constitucional pelo presidente da República, faz sentir também a sua reprovação aos atos de violência com que uma parte da guarnição federal do Rio de Janeiro acaba de ofender a ordem material do País. (...) Dentro da ordem, sempre; nunca pela desordem, parta de onde partir, tenda para onde tender — é este o nosso lema, supremo e inderrogável”(298). Mas a desconfiança dos políticos em relação aos militares era também muito grande. A unidade entre essas forças demandaria tempo e seria fruto da pressão da realidade: só unidos poderiam vencer. As forças políticas do situacionismo, por seu lado, estavam cegas para a realidade: nem mesmo um sintoma sério como o volume que apresentava a imprensa da oposição teve condições para alertá-las. Quando o *Jornal do Comércio*, servidor de todos os governos, passou a formar a oposição o quadro assumia colorido suficiente para merecer cuidados. O velho órgão, porém,

(297) Afonso Arinos de Melo Franco: *A Alma do Tempo*, Rio, 1961, pág. 206.

(298) *A Federação*, Porto Alegre, 7 de julho de 1922.